

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: Trabalho Pedagógico Desenvolvido na EEF. Manoel Crispim de Brito em Camocim - CE.

Fabício Freitas dos Santos¹
Jéssika Araujo Rodrigues²
Elisangela Maria de Oliveira³

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada numa escola localizada na zona rural do município de Camocim – CE, para conhecer, discutir e explicar como está sendo realizado o trabalho pedagógico na escola do campo atualmente, identificando a contribuição do professor para a realidade cultural dos alunos moradores de zona rural. Os objetivos específicos pautaram-se na caracterização da escola pesquisada (infraestrutura, funcionários e projetos escolares, professores – formação e tempo de trabalho na instituição), bem como as técnicas de ensino no 4º ano do ensino fundamental. Procurou-se evidenciar se há relação dos conteúdos com a realidade destes alunos. Como principais referenciais teóricos estão Maria Antônia de Souza, Sérgio Celani Leite e Maria Julieta Costa Calazans. Dentre os principais documentos oficiais consultados estão as Diretrizes Curriculares Estaduais e Nacionais da Educação do Campo.

Palavras-chave: Escola rural, Educação do campo, Políticas públicas, Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa realizada com a finalidade de discutir a atuação do professor numa escola localizada na zona rural, pensando a sua contribuição para a realidade cultural dos alunos, focando-se nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Foi escolhida uma escola rural do município de Camocim – CE para a realização de um trabalho de campo, em que foi feita uma pesquisa de cunho qualitativo, com entrevistas, observações em sala de aula e tiragem de fotos.

A realização deste trabalho surgiu do interesse em conhecer, discutir e demonstrar como está sendo desenvolvido o trabalho do professor nas escolas de zona rural, ou seja, a sua prática pedagógica, visto que esse trabalho deve ser feito de acordo com as necessidades da população que vive no campo, a qual possui particularidades que representam a necessidade

¹ Especialista pelo Curso de Psicopedagogia da Faculdade Internacional do Delta - FID, fabryson@gmail.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia da Faculdade Uninassau, jessikarodri12345@gmail.com;

³ Graduada do Curso de Biologia da Universidade Federal do piauí - UFPI, elisangela@redeskynet.com.br;

de conteúdos voltados à realidade dos alunos moradores de zona rural e que levem em consideração características do lugar em que estão inseridos.

A educação rural foi prejudicada ao longo da história de nosso país em decorrência do sistema educacional não ter considerado o meio em que vivem os educandos, suas especificidades e seus modos de vida.

Atualmente, a temática Educação do Campo vem sendo problematizada nas universidades por força dos movimentos sociais. Existem cursos de Pedagogia do Campo e cursos de Especialização em Educação do Campo, ao lado de outros como Direito, Agronomia e História, para citar alguns, cuja temática está em desenvolvimento nas universidades brasileiras. Isso representa, de certo modo, uma forma de inserção da Educação do Campo na academia, ao lado das questões que são tratadas nos grupos de pesquisa e nos projetos de extensão.

Os pedagogos necessitam conhecer essa outra realidade existente e saber como trabalhar com as crianças do campo, tendo em vista a possibilidade de trabalho em escolas municipais e estaduais localizadas no campo e a demanda por políticas públicas pelos movimentos sociais – particularmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) –, os quais foram os protagonistas da emergência da Educação do Campo no final dos anos 90.

Segundo Leite (1999), a Educação Rural é caracterizada como as políticas vindas do Estado através da história da educação brasileira. O Estado, como instância política, e o capitalismo, como instância econômica, visavam o lucro da produção, proporcionando um ensino voltado a uma formação mais técnica, em que o trabalhador aprenderia o suficiente para desempenhar funções com o objetivo de fortalecer a ambos: os alunos usufruindo do processo escolar para atender seus objetivos, e o Estado pensando a educação que o trabalhador rural deveria ter.

A Educação do Campo é um conceito (paradigma) que surgiu no final do século XX (1990), por meio das lutas dos movimentos sociais, particularmente o MST, que exprime, nos diversos seminários, encontros e conferências estaduais e nacionais a educação que desejam ter, pensada por eles mesmos, sem a intervenção primária do Estado.

Conforme Souza (2006) começa a haver várias iniciativas que procuram inserir a Educação do Campo na agenda política do Estado, surgindo, assim, inúmeras parcerias, experiências educativas e mudanças na estrutura política, econômica e social do país, tendo como principais sujeitos os trabalhadores rurais e a necessidade de criação de conhecimentos educacionais críticos, voltados aos próprios sujeitos do campo.

Portanto, a Educação do Campo deve contemplar um ensino voltado à realidade de seus alunos, em que o conteúdo curricular e as metodologias de ensino do professor devem ser adequados às necessidades e interesses dos alunos de zona rural, os quais precisam de um ensino que valorize, dentre outros aspectos, a cultura da criança que vive no campo e seu modo de vida.

Um professor que trabalha no meio rural deve conhecer o local em que o aluno vive para poder nele despertar a vontade de conhecer a região em que se encontra inserido e os aspectos culturais da população característica de seu meio; ainda, para que o aluno possa saber viver nesse espaço e, quando se tornar adulto, ser um trabalhador digno do campo, que conheça e saiba utilizar as riquezas de sua terra, o que não seria possível àquela criança que recebeu uma educação apenas pautada no currículo urbano. Além disso, a escola é o local no qual o aluno entrará em contato com realidades de outros lugares e terá acesso aos conhecimentos construídos socialmente na trajetória humana.

A intenção implícita da pesquisa foi analisar em que medida há a presença do paradigma da Educação do Campo na escola em questão, ou em que medida o trabalho pedagógico é marcado pelo paradigma da Educação Rural. O objetivo é discutir o trabalho pedagógico na Escola do Campo, bem como revelar os indícios de sua contribuição para a realidade cultural dos alunos moradores do campo.

Os dados empíricos são oriundos da utilização de entrevista com a diretora da escola (a fim de se levantar dados da Escola sobre funcionários, infraestrutura, projetos desenvolvidos e recursos didático-pedagógicos), e com o professor do 4^a ano (para identificar a forma como ele trabalha em sala de aula: se realiza ou já realizou aulas ou projetos diferenciados para os alunos, tendo em vista a sua realidade, e como seu trabalho pode contribuir para o ensino, verificando se esse ensino vai ao encontro do que está disposto no Projeto Político Pedagógico da Escola e nas Diretrizes Nacionais e Estaduais da Educação do Campo).

Também foram utilizadas as técnicas da observação em sala de aula, na turma do 4^a ano da professora entrevistada, com intenção de se observar sua prática pedagógica no contexto da sala de aula, considerando que o referido professor sempre trabalhou em escolas rurais e abrange dezessete anos de experiência.

Em síntese, foram utilizados procedimentos metodológicos da abordagem qualitativa, baseando-se nos autores Bogdan e Biklen (1994).

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

O ensino regular em áreas rurais surgiu com o fim do Segundo Império, ampliou-se na primeira metade deste século, e foi desenvolvido de acordo com as necessidades que iam surgindo, decorrentes da evolução das estruturas socioagrárias do país (CALAZANS, 1993).

A monocultura da cana-de-açúcar precisava de mão-de-obra especializada, e, com a chegada da monocultura cafeeira e o fim da escravidão, a agricultura necessitou de pessoal mais especializado para o setor agrícola, sendo que a qualificação deveria ser dada pela escola (CALAZANS, 1993).

A autora destaca que somente a partir de 1930 surgiram programas de escolarização para a população do campo; antes desta década, merecem respectivo destaque o Plano de Educação de 1812 (no governo de Dom João VI), o Plano Nacional de Educação (na reforma de 1826) e a Reforma de 1879. Todos destacavam a importância de um ensino voltado às necessidades dos agricultores, a partir de conhecimentos sobre horticultura, noções de lavoura, conhecimento dos terrenos, dentre outros, os quais deveriam ser ensinados no ensino médio.

Pode-se perceber, então, que o ensino para a população rural foi se desenvolvendo os poucos, e à medida que ia se expandindo, surgiam projetos e programas educacionais para atender a realidade da população do campo.

Em 1930, predominaram ideias do grupo de pioneiros do “ruralismo pedagógico”, os quais propunham, dentre outros fatores, uma escola rural voltada aos interesses da região em que fosse destinada e que norteasse a ação para a conquista da terra (CALAZANS, 1993).

Os programas educacionais voltados à população rural ampliavam-se cada vez mais, de acordo com as necessidades que iam surgindo no país e as providências que iam sendo tomadas pelo governo.

Na década de 1940, as ideias do “ruralismo pedagógico” – ideal que propunha combater o êxodo rural, fixando o homem no campo – estavam presentes em algumas regiões do país, e cada vez mais havia a necessidade de se adaptar programas e currículos voltados à cultura rural. Segundo Calazans (1993), em 1942 foi realizado um Congresso Nacional de Educação para buscar diretrizes e soluções para o ensino rural: o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação, que propunha, através dos estudos e debates discutidos, uma escola com o objetivo de ajustar o indivíduo ao meio rural, que o fixa ao campo para fins de produção, seguindo as ideias do “ruralismo pedagógico”.

Entende-se que a principal preocupação da época era essa: fixar o homem no campo, por meio de escola voltada para o trabalho, que “ruralizasse” o homem “rural”, para evitar a ocorrência do êxodo rural. Não era, portanto, bem vista e necessária uma educação urbanizada para o homem do campo.

Nas décadas de 1960 e 1970, foram criados diversos programas para o meio rural, todos com a intenção de voltar ações educacionais às necessidades da população rural, sendo a maioria para o desenvolvimento da comunidade e educação de adultos.

Na década de 1980, foi criado, no Nordeste, um projeto especial de Educação Rural (EDURURAL), que criticava a implantação do currículo urbano nas escolas rurais, propondo uma educação voltada para a realidade camponesa (LEITE, 1999).

A LDB 9394/96 promoveu a desvinculação da escola rural dos meios escolares urbanos, com a exigência de um planejamento interligado à vida rural e a adequação das instituições ao calendário rural, enfatizando que o ensino nas escolas deve ser voltado às necessidades da população do campo.

A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Através dos movimentos sociais a luta pela Educação do Campo passa a ocupar os diferentes espaços na esfera pública e política pela defesa da vida camponesa e de suas características próprias.

O principal fator que levou a emergência da Educação do Campo foram as reivindicações manifestadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os quais, através de uma intensa luta, buscaram a atenção do governo para criação de políticas públicas que atendessem as peculiaridades do sujeito do campo.

O MST é um movimento que sempre se preocupou com o sujeito do campo e lutou para que este conquistasse seu espaço, e na área educacional, lutou e vem lutando por escola pública, preocupando-se com uma educação voltada à realidade do indivíduo que mora no campo e que atenda às suas necessidades.

Houve também a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para as Escolas de Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002), resultado das reivindicações em prol de educação com qualidade para os povos do campo (ROTTA, 2007). Essas diretrizes expõem o que as propostas pedagógicas das escolas do campo devem contemplar, abordam aspectos sobre formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, dispendo também sobre as

responsabilidades do poder público com relação a essa educação diferenciada, levando em consideração a diversidade do campo.

Em 2004, é criada, pelo Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), na qual estão reunidos temas como Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, Educação Ambiental, Educação Indígena e Educação do Campo.

Os povos do campo representam diversas categorias sociais, como posseiros, bóiasfrias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sitiantes – dependendo da região do país onde se encontram – caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e também as etnias indígenas.

Atualmente, é um desafio para o professor que leciona no campo vincular os conteúdos curriculares com a realidade dos alunos do campo, fazendo com que sua prática seja voltada para a formação humana de um indivíduo que mora na zona rural, e que necessita de conhecimentos que fortaleçam sua “fixação” no campo.

Mas as escolas estão se preocupando com o ensino desse professor, que, ao trabalhar com projetos e aulas práticas visando o aprendizado dos alunos, em conformidade com sua realidade, valoriza-os enquanto seres que fazem parte de uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva.

Já é possível observar, no Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada, uma preocupação em ensinar os conteúdos vinculando-os com a realidade dos alunos, com ênfase na importância do ensino do uso da terra e do solo, em aulas práticas e trabalhos com projetos, dentre outros.

Dentre os projetos e programas desenvolvidos pela Escola e pela Secretaria Municipal de Educação de Camocim – CE, há o Projeto Horta e Jardim, considerado o mais importante na escola, por ensinar o cultivo e a plantação para os alunos, destacando a importância da não utilização dos agrotóxicos, educando-os para o uso consciente dos recursos naturais, a identificação das diferenças entre hortaliças, o conhecimento das ervas medicinais, a valorização de locais improdutivos para torná-los produtivos, o trabalho com as hortaliças cultivadas na horta escolar, feita pelos próprios alunos.

O Projeto Político Pedagógico da Escola faz citação de diversos conteúdos que podem ser trabalhados com os alunos: tipos de agricultura, uso do solo, culturas locais, uso de agrotóxicos, dentre outros, destacando que o conhecimento deve ser encaminhado de forma a potencializar o desenvolvimento da área rural, sendo necessária a capacitação dos

profissionais de educação para que, dentre outros fatores, saibam aproveitar a história do local onde estão inseridos.

A REALIDADE PEDAGÓGICA DA UNIDADE ESCOLAR OLHO D'ÁGUA DOS BALBUINOS RODRIGUES NUNES EM CARAÚBAS - PI

A EEF. Manoel Crispim de Brito fica localizado na comunidade Tapuio, na cidade de Camocim - CE trabalha desde a educação infantil ao ensino fundamental séries iniciais e finais; onde atende crianças no horário de sete horas às onze horas da manhã e das treze horas às dezessete horas da tarde de segunda a sexta-feira.

A instituição apresenta estrutura física adequada para seu pleno funcionamento, além de suas salas de aula, possui uma diretoria/ secretaria, sala dos professores, biblioteca, banheiros, pátio amplo para a realização de atividades lúdicas e recreativas, cantina e refeitório.

A escola tem como filosofia o respeito ao ser humano, ou seja, o aluno como pessoa e sua família em primeiro lugar.

O diretor lá trabalha há 29 anos e seis meses, sendo 17 anos como professor, quando ainda havia as escolinhas multisseriadas, e depois assumiu o cargo da direção, estando nessa função há 12 anos.

No ano de 2018, a Escola contava com 112 alunos matriculados e 12 funcionários, sendo uma secretária com ensino médio completo, duas merendeiras com ensino fundamental, dois auxiliares de serviços gerais, dois vigias, cinco professoras e o próprio diretor, que têm formação em Pedagogia e pós-graduação em Supervisão e Orientação Escolar.

Quando indagada sobre o perfil dos alunos, o gestor responde que a maioria são famílias de classe baixa, filhos de agricultores da região.

Sobre os recursos didático-pedagógicos que a escola oferece, o diretor afirmou que a Escola possui uma televisão, um vídeo, um rádio, revistas, livros, jogos, um computador, mimeógrafo. Os professores, a Secretaria de Educação e a APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) selecionam o material didático (livros) da Escola, provindo da Prefeitura Municipal.

A participação da comunidade nos projetos e programas escolares possibilita a socialização, a valorização da cultura e da realidade dos alunos da região, deixando clara a importância que a Escola dá a essa realidade. A junção da comunidade com a Escola, por meio dessas atividades, resulta na igualdade entre os moradores da região, os quais valorizam e convivem perante as mesmas condições.

Parei aqui a entrevista realizada com o professor do 4^a ano da escola estudada ocorreu no dia 10 de setembro de 2018, com o objetivo de identificar de que forma ele trabalha em sala de aula, se realiza ou já realizou aulas ou projetos diferenciados para os alunos, tendo em vista a sua realidade, e como ela pode contribuir com seu trabalho para o ensino. A entrevistada afirmou que leciona há dezessete anos, sempre trabalhou nesta escola rural e já atuou em todas as séries da escola – do 1^o ao 5^o ano –, considerando-se bastante experiente.

Para desenvolver o conhecimento sobre a realidade dos alunos, onde vivem e atuam, é necessário identificar os problemas da comunidade e buscar propostas de intervenção para solucionar ou melhorar as situações problemáticas identificadas. É preciso vincular as disciplinas com a realidade local através de ações, trabalhos, pesquisas e exceção de projetos (BATISTA, 2007).

Dentre os conteúdos trabalhados pelo professor, destacam-se as disciplinas de Ciências, História e Geografia, em que a professora demonstra maior relação com a realidade dos alunos, sendo assim abordadas: Ciências: Respiração dos animais e reprodução, animais vertebrados e invertebrados, estudo do corpo humano (sustentação e movimentação, alimentação).

História: História do município de Camocim, organização dos três poderes, relações culturais (esporte, lazer, música e dança), instituições religiosas e saúde no município.

Geografia: Atividades primárias do município (agricultura e pecuária), preservação e conservação do município, os bens públicos do município.

A avaliação realizada pelo professor é somativa, incluindo os trabalhos que os alunos realizam: as tarefas de casa, os trabalhos em grupo, a participação e o fator capricho.

Com relação aos conteúdos trabalhados durante o ano de 2018, pode-se perceber que estão de acordo com os PCN's e que os projetos desenvolvidos pelo professor e pela Escola se aproximam do eixo temático Cultura e Identidade, sugerido pelas Diretrizes da Educação do Campo, uma vez que a Escola desenvolve festividades e projetos que envolvem a comunidade e valorizam a cultura dos alunos, e, por consequência, a cultura local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se conhecer e discutir a atuação do professor na escola rural, pensando a contribuição do mesmo para a realidade cultural dos alunos. Os principais objetivos foram caracterizar a escola, as metodologias de ensino para o meio rural, observar a prática pedagógica e investigar o projeto político pedagógico.

Educação do Campo como fruto das lutas dos movimentos sociais vem se afirmando ao longo dos anos e conquistando merecido valor dentro da esfera social brasileira. Também tem contribuído para um campo mais justo e com possibilidades de desenvolvimento diferenciado com inclusão e oportunidades de trabalho e renda para as áreas de Reforma Agrária.

Dessa forma, os movimentos sociais entendem que é necessário preservar esse ideal como bandeira de luta para as transformações do campo e do seu povo. Como protagonistas desta história, eles têm atuado na construção e fortalecimento da Educação do Campo, agora não mais como um “projeto”, mas sim, como política pública que aponta como princípio o respeito pela diversidade do Campo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M. do S. X. A educação popular do campo e a realidade camponesa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30. Caxambu, MG, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT06-3377--Int.pdf>>. Acesso em: 12 Nov. 2018.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigações qualitativas em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **LDB 9394/96**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília: MEC, 2004.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural (traços de uma trajetória). In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (Coords.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção questões da nossa época; v. 70)

PROJETO Político Pedagógico: EEF. Manoel Crispim de Brito. Camocim – CE, 2018.

ROTTA, M. C. **Educação do campo**: demandas dos movimentos sociais e ações governamentais no Paraná. Curitiba – PR. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007.

SOUZA, M. A. **Educação do campo:** propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis:
Vozes, 2006.